

SUMÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	19
LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	
<i>Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.....</i>	21
LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 7 DE JANEIRO DE 1975	
<i>Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.</i>	41
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.....</i>	43
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 22, DE 1989	
<i>Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.....</i>	46
LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 11 DE JANEIRO DE 1990	
<i>Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.</i>	47
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	
<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.....</i>	48
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 9, DE 1992	
<i>Estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de que trata a alínea "a", inciso I, e § 1º, inciso IV do art. 155 da Constituição Federal.</i>	49
LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996	
<i>Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.</i>	49
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 95, DE 1996	
<i>Fixa alíquota para cobrança do ICMS.....</i>	57
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.....</i>	57
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003	
<i>Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.....</i>	59
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.....</i>	66

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 13, DE 2012

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior..... 109

LEI COMPLEMENTAR Nº 159, DE 19 DE MAIO DE 2017

Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016..... 109

LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais; e altera a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. 116

RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, DE 22 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). 117

LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 11 DE MARÇO DE 2022

Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências. ... 157

LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017. 159

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera o Sistema Tributário Nacional. 160

SÚMULAS..... 174

DIREITO CONSTITUCIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 181

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 183

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948..... 259

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal..... 261

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal..... 269

LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. 272

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 273

SÚMULAS..... 287

DIREITO ADMINISTRATIVO

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências..... 291

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais..... 306

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 (EXCERTOS)

Dispõe sobre a arbitragem..... 326

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal..... 326

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública..... 331

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005

Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências..... 337

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências..... 339

DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012

Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição..... 345

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências..... 353

LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)..... 356

LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências..... 368

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)..... 371

DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal..... 382

LEI Nº 13.934, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado "contrato de desempenho", no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais..... 389

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....</i>	390
SÚMULAS.....	426

DIREITO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	433
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	
<i>Institui o Código Civil.....</i>	442
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	
<i>Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro</i>	565
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....</i>	568
DECRETO Nº 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016	
<i>Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.</i>	568
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019	
<i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>	570
SÚMULAS.....	574

DIREITO EMPRESARIAL

DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908	
<i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais.....</i>	581
DECRETO Nº 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966	
<i>Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.....</i>	585
LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968	
<i>Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.....</i>	596
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976	
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.....</i>	598
LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985	
<i>Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.....</i>	640
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	644
LEI Nº 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019	
<i>Dispõe sobre o sistema de franquias empresariais e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia).....</i>	675
SÚMULAS.....	677

DIREITO PENAL

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (EXCERTOS)	
<i>Código Penal.</i>	681
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento</i>	715

LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.....</i>	721
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990	
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	723
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	724
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.....</i>	726
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.</i>	726
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 (EXCERTOS)	
<i>Altera a Legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e dá outras providências.....</i>	734
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.....</i>	734
LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000 (EXCERTOS)	
<i>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.....</i>	738
PORTARIA MF Nº 350, DE 16 DE OUTUBRO DE 2002	
<i>Dispõe sobre procedimentos de controle da origem dos recursos aplicados em operações de comércio exterior e combate à interposição fraudulenta de pessoas.</i>	739
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	739
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998</i>	742
SÚMULAS.....	744

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	749
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.....</i>	766
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	788
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999	
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	796
SÚMULAS.....	874

BÔNUS – LEI DA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. 879